

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.103 - DF (2018/0247613-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474  
**AGRAVADO** : JOÃO CRISOSTOMO DE LIMA - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : MARIA JOSE DE BRITO ANCELES NETA - INVENTARIANTE  
**AGRAVADO** : ANA BEATRIZ ANCELES DE LIMA  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE AUGUSTO ZABOT DE MELLO E OUTRO(S) - SC014599

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-STJ, fls. 594-598) que, relativamente ao recurso especial apresentado: *i) negou-lhe seguimento*, com base na conformidade do acórdão recorrido com a tese firmada no julgamento do recurso repetitivo REsp 1.391.198/RS (Tema 723) sobre a eficácia territorial da sentença coletiva e legitimidade ativa; e *ii) inadmitiu-o*, pelos seguintes motivos: *a) incompetência do STJ para apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais; b) descabimento de alegação de violação das Súmulas 517 e 519, sobre honorários advocatícios, conforme Súmula 518/STJ; e c) deficiência da fundamentação, pela ausência de indicação de dispositivo legal violado acerca da atualização monetária conforme índices da caderneta de poupança, nos termos da Súmula 284/STF.*

Nas razões do presente agravo (e-STJ, fls. 600-623), a parte agravante alega: *a) a interposição do recurso especial por violação dos arts. 17, 85, 240, 485, VI, e 1.035 do CPC/2015 (correspondentes aos arts. 3º, 20, 219, 267 e 543-A e 543-C, do CPC/1973); e 1º da Lei 6.899/1981, com base em irregularidades do cumprimento de sentença proferida em ação civil pública; b) a prescrição da execução individual da sentença coletiva; c) a sua ilegitimidade passiva, por não ter realizado saques da conta bancária da parte autora; d) a ausência de previsão pela sentença exequenda da incidência de expurgos inflacionários posteriores aos Planos Collor I e II, motivo pelo qual deveria ser aplicado o índice oficial da caderneta de poupança, em percentual fixo de juros, inexistindo violação ao direito adquirido e aos arts. 4º, XXII e XXXVI da Constituição Federal; e) a inexistência de eficácia *erga omnes* nacional da sentença coletiva exequenda; e f) o descabimento do*

arbitramento de honorários advocatícios na fase de cumprimento quando realizado tempestivamente o depósito espontâneo da condenação, nos termos das Súmulas 517 e 519 do STJ.

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 626).

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, **Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada publicada em 10/7/2018 (e-STJ, fl. 599) está fundamentada na conformidade do acórdão recorrido com precedente firmado em julgamento de recurso repetitivo, **não é possível o conhecimento do presente agravo acerca de tal tópico** objeto da **negativa de seguimento do recurso especial**.

Quanto aos fundamentos da decisão agravada de **inadmissão do recurso especial**, o agravo igualmente não pode ser conhecido.

Com efeito, o agravo previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pelo Tribunal de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada, impugnando de forma específica a integralidade de seus fundamentos.

Desse ônus, contudo, não se desincumbiu a agravante, tendo apresentado alegações que, como visto, limitaram-se a defender suas teses de recurso especial, sem, contudo, atacar os fundamentos da decisão agravada, quais sejam: *a)* incompetência do STJ para apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais; *b)* descabimento de alegação de violação das Súmulas 517 e 519 do STJ; e *c)* ausência de indicação de dispositivo legal

violado acerca da atualização monetária.

Incide, na hipótese, a previsão contida no art. 932, III, do CPC/2015, segundo a qual incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida e, ainda, por analogia, o princípio cristalizado na Súmula 182/STJ, que reputa inviável o agravo do art. 1.042 do Código de Processo Civil (art. 545 do CPC/1973) que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nesse sentido, as seguintes decisões, sem grifos no original:

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS EM CONFRONTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática de indeferimento liminar dos embargos de divergência, diante da ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e o julgado paradigma e incidência da súmula 168 do STJ.*

*II - Descumpre o art. 1.021, § 1º, do CPC e a Súmula nº 182 do STJ, o agravo interno que não impugna integralmente os fundamentos da decisão agravada.*

*III - A teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, é inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.*

*IV - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte.*

*Agravo Interno não provido.*

*(AgInt nos EAREsp 1.040.547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2017, DJe 06/02/2018)*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.**

**AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015 (artigo 544, § 4º, I, do CPC/1973).*

*2. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação dos agravantes ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.*

*3. Conforme entendimento desta Corte: "A interposição de recursos cabíveis não [implica] em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, DJe 4/12/2012).*

*4. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 993.261/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator